

REVISTA SÍNTESE DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Ano III – Nº 14 – Jun-Jul 2002

Repositório Autorizado de Jurisprudência

• Superior Tribunal de Justiça – Nº 50/2001
Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 18/2001

SUPERIOR TRIBUNAL
DE
JUSTIÇA

BIBLIOTECA

Diretor

Luiz Antonio C. Paixão

Editor-Chefe

Walter Diab

Co-Editor

Jader Marques

Conselho Editorial

Fernando da Costa Tourinho Filho
José Francisco Oliosi da Silveira
José Henrique Pierangeli
Julio Fabbrini Mirabete
Luiz Vicente Cernicchiaro
René Ariel Dotti

Conselho de Colaboradores

Ada Pellegrini Grinover, Carlos Ernani Constantino, Geraldo Batista de Siqueira,
Lenio Luiz Streck, Nilzardo Carneiro Leão, Sergio Demoro Hamilton

Colaboradores

Ademir Joaquim Barbosa Filho, Adhemar Ferreira Maciel, Ailton Rocha Nóbrega, Alberto Marques, Amadeu de Almeida Weinmann, Américo Bedê Freire Júnior, Amílcar Siqueira, André Estefam, Andrei Zenkner Schmidt, Antonio José M. Feu Rosa, Antônio de Pádua Ribeiro, Arnaldo Siqueira de Lima, Aury Celso L. Lopes Júnior, Benedito Torres Neto, Bernardino Alimena, Carlos Alberto Goulart Ferreira, Carlos Henrique Gasparotto, Carlos Roberto Faleiros Diniz, Carlos Velloso, Celso Ribeiro Bastos, Cintia Rebelo Oliveira, Cláudio Calo Sousa, Clito Fornaciari Jr., Clodoaldo Armando Nogara, Cristiano Chaves de Farias, Damásio E. de Jesus, Dani Rudnicki, Daniel Carnio Costa, Danilo da Cunha Sousa, Deise Witt, Demóstenes Lázaro Xavier Torres, Edson Alfredo Smaniotto, Eduardo Schmidt Jobim, Eliana Calmon, Eliane Ferreira Macerou, Elício de Creci Sobrinho, Elío Morselli, Eneida Orbage de Brito Taquary, Evânio José de Moura Santos, Everards Mota e Matos, Flávio César de Toledo Pinheiro, Francesco Carnelutti, Geraldo Batista de Siqueira, Gustavo Saad Diniz, Heloisa Estellita Salomão, Henrique Barbacena Neto, Heráclito A. Mossin, Ivan da Cunha Sousa, Jader Marques, Jorge Assaf Maluly, Jorge Gabriel Moisés, José Arnaldo da Fonseca, José Barroso Filho, José Carlos Barbosa Moreira, José Guido de Andrade, José Henrique Pierangeli, José Renato Nalini, José Roberto Dantas Oliva, José Roberto Marques, Juliana Velho Costa, Kênia Dorneles, Liza Bastos Duarte, Lúcio Ronaldo Pereira Ribeiro, Luís Guilherme Vieira, Luiz Carlos Bento, Luiz Flávio Borges D'Urso, Luiz Flávio Gomes, Karina Miguel Sobral, Kênia Dorneles, Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira, Marina da Silva Siqueira, Marcelo Ferreira da Rosa Sobreira, Marcellus Polastri Lima, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Maria Berenice Dias, Marina da Silva Siqueira, Miguel Batista de Siqueira, Miguel Batista de Siqueira Filho, Milton Luiz Pereira, Mirthes de Almeida Guerra Marques, Mônica Jacqueline Sifuentes, Mozart Brum Silva, Nilma Maria Naves Dias do Carmo, Osmar Prudente, Paulo Cesar Piva, Paulo Eduardo Bueno, Paulo Henrique Marques de Oliveira, Paulo Henrique Moura Leite, Paulo Queiroz, Paulo Sérgio de Prata Resende, Paulo Tadeu Rodrigues Rosa, Pedro Henrique Demercian, Reinaldo Edreira Martins, Renato de Lima Castro, Reynaldo Edreira Martins, Ricardo Rodrigues Gama, Rogério Pacheco Alves, Rômulo de Andrade Moreira, Ronaldo Batista Pinto, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Sálvio de Figueiredo Teixeira, Samantha Meyer-Pflug, Sarah Siqueira de Miranda, Saúl Brum Leal, Sebastião Sérgio da Silveira, Sidney Sanches, Simone Schroeder, Tatiana Vizzotto Borsa, Umberto Luiz Borges D'Urso, Wanderson Marcello Moreira de Lima, William Terra de Oliveira, Vanessa Machado Guedes, Vicente Carlos Lúcio

P
R Sint Dir P
v. 3/n. 14/ex. 2
2002

FATO JURÍDICO – JÚRI – LIMITES PARA O LIBELO, QUESITOS E CONDENAÇÃO

Luiz Vicente Cernicchiaro

A história das instituições jurídicas volta-se para o mesmo fim. Com efeito, evidencia realização e valores. A vitória dos postulados da Revolução Francesa foi significativa, representa afirmação de princípios, cuja concretização ainda não se completou, contudo, não admite retrocesso.

O processo penal ganhou, então, significado definitivo: afastado o sistema inquisitorial, assentou-se a plenitude de defesa que se desdobra em variantes de que são exemplos a denúncia especificar o fato com todas as suas circunstâncias, a defesa valer-se dos meios juridicamente permitidos para demonstrar sua tese, a possibilidade de recurso para instância superior. Tudo isso voltado para a obtenção da verdade real (tantas vezes alcançada somente a verdade judicial, ou seja, obtida pela limitação do poder aquisitivo do réu). A própria eficiência da acusação e da defesa é fator muito importante. A jurisprudência pode oscilar conforme a ideologia dos integrantes do tribunal. Contingência histórica a que está submetida qualquer atuação do homem.

A imputação, está consagrado, há de ser precisa, exaustiva, ou seja, identificar a conduta delituosa. O réu tem o direito de defender-se. Registre-se: do fato cuja autoria lhe foi atribuída. Não precisa desenvolver resposta para todas as hipóteses que a denúncia (ou queixa) possa ensejar. Se o crime descrito for doloso, desnecessário preocupar-se com a defesa relativa a delito culposo. O réu, com efeito, não poderá ser surpreendido com julgamento fora dos limites postos pelo autor do processo.

A Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, vol. 6, p. 91/95, publicou acórdão do STF,

“Nos processos de competência do Tribunal do Júri, o libelo (não pode afastar-se da pronúncia) formaliza a acusação.”

RHC 79.538/MG, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, que se ajusta a essa linha dogmática e trata especificamente dos limites do libelo. Nos processos de competência do Tribunal do Júri, o libelo (não pode afastar-se da pronúncia) formaliza a acusação. No mencionado processo, a pronúncia afastou as qualificadoras apontadas na denúncia (art. 121, § 2º, IV, 2ª figura – emboscada e art. 12, § 2º, IV, 4ª figura) para assegurar a impunidade de outro crime, submetendo o réu a julgamento por tentativa de homicídio simples. Daí, prossegue o acórdão, não poder tais circunstâncias serem postas no questionário a título de agravantes. Correto o acórdão: anulou o julgado estadual que confirmara a sentença condenatória.

Cumpre, com efeito, distinguir o fato da qualificação jurídica. Aquele, como acontecimento no mundo físico, repercute de modo diverso no Direito. O mesmo fato pode receber tratamento jurídico diverso. O motivo fútil, por exemplo, é classificado como circunstância agravante (art. 61, II, *a*) e qualificadora do homicídio (art. 121, § 2º, II). Evidente, e aqui está o ponto de maior significado, o fato é um só, a definição jurídica, sim, pode ser plural, todavia, configura situações inconfundíveis. Agravante e qualificadora são espécies de circunstâncias (corrente doutrinária prefere entendê-las como tipos derivados) exercem papel diferente. Aquela, dimensionada a culpabilidade (censurabilidade) da conduta; a última, por sua vez, especifica o comportamento delituoso, acarretando cominação específica de pena. Importante consignar, no entanto, que a qualificação reveste juridicamente o fato. Não há, no plano da experiência, agravante ou qualificadora sem ato. Dessa forma, quando a pronúncia afasta a qualificadora, evidente afastou o respectivo fato. Em afastando o fato, consequência lógica, a respectiva qualificação fica sem objeto. Pouco importa a título de qualificadora. Na verdade, exclui da apreciação do juiz a respectiva análise, ainda que sob o nome *iuris* “agravante”.

O acórdão do STF é irrepreensível, encontra respaldo na Teoria Geral do Direito. A pronúncia reconheceu um fato, depois afastado no julgamento do respectivo recurso. O judiciário trabalha com fatos. A capitulação normativa – ainda que implícita – é necessária porque integra a fundamentação. A pronúncia define o fato. Tanto o libelo como o questionário posto pelo presidente do júri não podem inovar. De outro lado, conquista política na evolução histórica do Processo Penal! Em síntese: o processo judicial situa-se no plano normativo entanto, importante não esquecer, tem por objeto acontecimento histórico. A sensibilidade dos romanos deixou lição: *narra mihi factum, dabo tibi ius!* Para tanto, pouco importa a natureza do processo. O raciocínio deve ser o mesmo para o civilista, o penalista, o tributarista, ou para o especialista de qualquer outra área jurídica.

*Luiz Vicente
Femicchiato*

*Advogado, Ministro
Aposentado do
Superior Tribunal de
Justiça e Professor
Titular da Universidade de Brasília.*